

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.073 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2000

ORÇAMENTO É APROVADO

O Congresso Nacional aprovou à 1h10 de hoje o projeto de Orçamento da União para este ano depois de quase quatro horas de obstrução das oposições. Entendimento firmado entre as lideranças propiciou mais verbas para a área social e a garantia de que o novo salário mínimo será votado no dia 26

PÁGINAS 4 E 5



O senador Antonio Carlos Magalhães presidiu a sessão do Congresso em que foi votada a proposta orçamentária que aumenta em 83,4% os investimentos a serem feitos pelo Executivo, em relação à proposta inicial do governo

Criador afirma na CAS que Brasil pode liderar produção de camarões

PÁGINA 7



Audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais abordou ontem a criação de camarões no Brasil

CCJ VOTA PELA PROIBIÇÃO DA “BARRIGA DE ALUGUEL”

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo a projeto que estabelece normas para reprodução assistida.

O texto, que vai agora à Comissão de Assuntos Sociais, proíbe a chamada “barriga de aluguel”

PÁGINA 6

PLENÁRIO DO SENADO

PARCELAMENTO DE PRECATÓRIOS VOLTA A EXAME DA CÂMARA

PÁGINA 3

DEMISSÃO DE SERVIDOR POR MAU DESEMPENHO É ACEITA COM EMENDAS

PÁGINA 2

Plenário acolhe normas para a demissão de funcionários

Emenda acatada pelos senadores permite ao servidor público reprovado em avaliação de desempenho recorrer do resultado

O Plenário do Senado aprovou ontem, com 59 votos favoráveis, nove contrários e duas abstenções, projeto de lei complementar que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho. Foi acatada emenda do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que prevê a possibilidade de recurso ao servidor público reprovado nas avaliações funcionais.

Embora a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) houvesse confirmado o parecer do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), contrário a todas as demais emendas de Plenário, Jucá validou à última hora emenda do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) que impede a contratação de servidores de carreiras exclusivas de Estado pelo regime de CLT. Como foi emendado, o projeto voltará à Câmara dos Deputados.

O projeto de lei complementar regulamenta a reforma administrativa e estabelece que o servidor público estável poderá perder o cargo mediante avaliação feita por comissão, que levará em conta a conduta no desempenho das funções, a produtividade, a assiduidade e a disciplina.

Pela proposta, o servidor que receber dois conceitos negativos sucessivos ou três intercalados, num prazo de cinco anos, após concluído o respectivo processo administrativo, poderá ser demitido.

CARREIRAS DE ESTADO

As normas do projeto, segundo o relator, são aplicáveis aos funcionários de qualquer um dos poderes da União, dos estados e dos municípios. Também são definidas no projeto as carreiras exclusivas de Estado no Poder Executivo. No Poder Judiciário, no Tribunal de Contas e no Ministério Público, essas carreiras serão definidas posteriormente



Lúcio Alcântara propôs a emenda que possibilita ao servidor recorrer da avaliação negativa



Relator da matéria, Jucá aceitou emenda que proíbe contratar pela CLT para as carreiras de Estado

em lei. No Poder Legislativo, serão definidos por resolução quais são os servidores que exercem atividades exclusivas de Estado.

O aumento – por emenda – do número de carreiras exclusivas de Estado, cujos integrantes contarão com garantias não aplicáveis aos demais funcionários, marcou o debate do projeto em Plenário. O senador Roberto Freire (PPS-PE), por exemplo, criticou o que chamou de discussão do projeto “a partir dos interesses das corporações”, já que, no seu entender, a concepção inicial da reforma administrativa foi destruída. Alcântara também criticou a forma pela qual o governo está conduzindo a reforma do Estado, que foi fragmentada em diversos projetos de lei.

– Da maneira que está, a carreira de Estado e nada é a mesma coisa. Onde está a preocupação de aprimorar o serviço público? – questionou o senador.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o Código de Ética do Serviço Público já dispõe dos instrumentos necessários para o afastamento de funcionários. Ela considera que o projeto – “um mostrengo deformado”, conforme suas palavras – faz parte do elenco de medidas adotadas pelo governo para agradar o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o projeto se impõe

pela necessidade de reformar o Estado e não pela ingerência do FMI.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que a estabilidade do funcionário público tem como objetivo principal a defesa da instituição contra abusos e pressões políticas. Já o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), mesmo criticando um projeto voltado ao objetivo do “Estado mínimo”, decidiu apoiar a emenda de Lúcio Alcântara e a inclusão do maior número de categorias entre aquelas exclusivas de Estado.

RETROCESSO

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o projeto é “um passo atrás”. Ou seja, seria um desdobramento da proposta inicial do ex-ministro da Administração Bresser Pereira, mas sem o espírito que norteou a concepção da reforma administrativa: a busca da eficiência gerencial.

Também se manifestaram contra o projeto, mas não contra a reforma do Estado, os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Eduardo Dutra (PT-SE). Rocha apresentou 12 emendas com mudanças visando à proteção dos funcionários nos processos de avaliação funcional e demissão. O senador Amir Lando (PMDB-RO) viu muitos problemas na proposta, mas por fim considerou-a “satisfatória”.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h – Preside sessão deliberativa ordinária

11h – Participa da solenidade de abertura da exposição do estado da Bahia em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil. *Senado Galeria*

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 143/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Sobradinho para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sobradinho (RS); PDL nº 148/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Iracema para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cunha Porã (SC); PDL nº 149/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Bariri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bariri (SP); requerimentos nº 136/2000, do senador Roberto Saturnino, solicitando a tramitação conjunta dos PRs nºs 18 e 8, de 2000, e 143/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 545, 665 e 681, de 1999.

Brasil 500



COMISSÕES

9h – Conselho de Ética

Pauta: indicação dos relatores para análise dos dossiês dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho e para o reinício da apreciação da representação contra a Fundação Teotônio Vilela. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

9h30 – Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2016-03, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 182,2 milhões. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

9h30 – Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: relato da visita da subcomissão ao Rio de Janeiro; PLC nº 60/99, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); requerimentos dos senadores Pedro Simon e Emilia Fernandes de nº 7/2000, solicitando a convocação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul e do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem esclarecimentos sobre o processo de licitação para concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos, previsto para o próximo dia 7 de junho e nº 8/2000, solicitando a convocação de audiência pública, à qual sejam convidados a comparecer a economista Flávia Lefevre, coordenadora do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e os dirigentes das agências reguladoras respectivas e do órgão nacional de defesa do consumidor, vinculado ao Ministério da Justiça, destinada a examinar, discutir e avaliar os resultados econômico-financeiros e de qualidade dos serviços, alcançados com o processo de privatização dos setores de energia elétrica, telecomunicações e saneamento básico. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: ata da 2ª reunião ordinária; análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João Coser, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS). *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Roque Sá, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova novas regras para precatórios

Proposta de emenda constitucional que parcela em até dez anos débitos resultantes de decisões judiciais tem última votação e, devido a alterações feitas pelo Senado, retorna à Câmara dos Deputados

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. Foram 62 votos favoráveis, seis contrários e três abstenções. A proposta recebeu várias alterações na Casa. Segundo o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Edison Lobão (PFL-MA), a PEC, que agora retorna à Câmara dos Deputados, visa possibilitar ao poder público o pagamento dos precatórios.

— O que se está procurando é uma forma para que o poder público cumpra a sua parte, o que não vem conseguindo porque não tem recursos. Com a aprovação da matéria, vai-se limpar o estoque de precatórios — afirmou o parlamentar.

Os precatórios judiciais referem-se a pagamentos obrigatórios definidos por decisão da Justiça, que devem, por precaução, ser incluídos no orçamento do respectivo órgão do poder público para pagamento no ano seguinte. Por falta de recursos disponíveis, o poder público pode recorrer à emissão de títulos mobiliários para o pagamento desses precatórios.

Somente serão pagos débitos provenientes de sentenças já transita-

das em julgado, isto é, para as quais não há mais recurso possível. Os precatórios judiciais devem ser incluídos no orçamento das entidades de direito público até 1º de julho, com prazo para pagamento até o final do ano seguinte. A atualização monetária dos precatórios, antes feita no ato de sua inclusão no orçamento, passará a ser feita no pagamento, de acordo com a proposição aprovada.

Para Lobão, o objetivo é “evitar o calote total, porque o calote parcial já foi dado nos credores”. Ele explicou que os precatórios, atualmente, não estão sendo pagos e novos títulos continuam sendo emitidos exatamente pela impossibilidade de

pagamento pelo Tesouro. A proposta, acrescentou, possibilitará ao poder público cumprir o seu dever e, ao credor, receber o que lhe é devido. Será incluído no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que prevê o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de

processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista. A data-limite, justificou Lobão, foi necessária porque, a partir de 1º de janeiro, “houve uma pletera de novas ações judiciais”.



Para Lobão, o objetivo é “evitar o calote total, porque o calote parcial já foi dado nos credores”



No Plenário, o projeto sobre pagamento de precatórios recebeu 62 votos favoráveis, seis contrários e três abstenções

Acesso ao Siafi será reexaminado pela CAE

O Plenário do Senado decidiu encaminhar para reexame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que prevê acesso mais amplo aos dados da execução do Orçamento Geral da União, atendendo a requerimento do próprio autor do projeto, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). A matéria estava prevista para ser votada ontem. Dutra explicou que a proposta de reexame decorreu de acordo entre ele e as lideranças do governo, em face da necessidade de modificações de caráter técnico-operacional para viabilizar a montagem do sistema de proces-

samento de dados. O acesso aos dados do Orçamento se dará por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e de outros sistemas de informações de órgãos públicos.

RÁDIOS

O Plenário aprovou também ontem projetos de decretos legislativos renovando a permissão para o funcionamento das rádios ABC FM Stereo Ltda, de Santo André (SP); Fundação Cultura e Educacional Bom Jesus; de Bom Jesus da Lapa (BA); e FM 100 Ltda, de Anápolis (GO). Foi aprovado ainda requeri-

mento de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado 419 e 678, por regularem a mesma matéria (normas para transferência de recursos ao exterior por meio das Contas CC-5). Outro requerimento aprovado, de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL), solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei 44, apresentado pela própria senadora, e que cria instrumento para redistribuição do Fundo de Participação dos Estados destinado a beneficiar áreas afetadas por desertificação.

Votação de projeto sobre crimes de juizes é transferida para maio

O Senado aprovou requerimento do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e adiou para o dia 25 de maio a votação do projeto de lei que define crimes de responsabilidade cometidos por magistrados, que estava prevista para ontem. O projeto, de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), é um dos cinco decorrentes das conclusões da CPI do Judiciário, da qual ele foi relator.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez um apelo para que a votação do projeto se dê mesmo em maio, sob pena de o Legislativo estar incorrendo no mesmo erro que a CPI apontou ao Poder Judiciário, a morosidade.

O texto é um substitutivo do relator do projeto na CCJ, senador

Jefferson Pères (PDT-AM). Ele descreve as sanções aplicáveis aos magistrados nos crimes de improbidade administrativa. Entre esses crimes estão o recebimento de custas ou participação de processos, o extravio de documentos, o abuso de poder e a realização de julgamento quando o magistrado for parte suspeita na causa.

O substitutivo também estabelece que qualquer cidadão poderá apresentar uma representação, ao Ministério Público ou à Corregedoria de Justiça, sobre a existência de crime cometido por magistrado. Este, se considerado culpado, mesmo que apenas por haver tentado cometer o crime, perderá o cargo e será considerado inabilitado a exercer outra função pública pelo



Souto é autor do projeto que define crimes de responsabilidade dos magistrados

período de oito anos.

Em seu parecer, Jefferson Pères sugere que a aprovação da proposta seja acompanhada de outros diplomas legais que contemplem a punição dos crimes cometidos por demais agentes políticos, não se restringindo a magistrados.

— É preciso que todos os agentes políticos possam ser responsabilizados, caso cometam as infrações político-funcionais que, no Brasil, são historicamente definidas como crimes de responsabilidade — argumenta.

Créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos em 90 dias

A proposta de emenda constitucional aprovada ontem pelo Senado determina, ainda, que os precatórios de créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos em até 90 dias, dentro de um limite a ser fixado em lei. Estão nesse rol créditos decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, assim como benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

O texto aprovado no Plenário estabelece que, a requerimento do credor, os precatórios poderão ser

pagos com títulos ou certificados da dívida pública. Determina, ainda, que os precatórios para desapropriação do único imóvel residencial deverão ser pagos em até dois anos. A proposta aprovada permite ao presidente do tribunal competente a requisição ou determinação de seqüestro de quantias no caso de inadimplência do devedor. Mas, ao mesmo tempo, tipifica como crime de responsabilidade a ação desse presidente que vise ao retardamento do pagamento do precatório, ou a tentativa de fraude do mesmo.

ORÇAMENTO 2000

Proposta prevê R\$ 12,5 bilhões em investimentos

Projeto de lei orçamentária aprovado na madrugada de hoje pelos senadores e deputados federais eleva os recursos destinados a obras e a programas sociais, mantendo a meta de superávit pretendida pelo governo

O Congresso Nacional aprovou, na madrugada de hoje, o projeto de Orçamento da União para este ano com um aumento de 83,4% nos investimentos que o Executivo deverá realizar, em relação à proposta inicial do governo. Os deputados e senadores acrescentaram aos R\$ 6,8 bilhões previstos no texto original outros R\$ 5,7 bilhões para obras de infra-estrutura e programas de saúde, agricultura e educação. Com as alterações, o total de investimentos passou para R\$ 12,5 bilhões.

O Congresso só pôde elevar os investimentos porque a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), concordou com uma proposta do relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), de corrigir a previsão de arrecadação tributária para 2000 em 3,29%. Ele argumentou que o governo não havia considerado o aumento da inflação no segundo semestre do ano passado (o projeto de Orçamento foi enviado ao Legislativo em 31 de agosto de 99).

Além disso, os parlamentares decidiram usar R\$ 513 milhões da reserva de contingência e outros R\$ 304 milhões das multas que o DNER aplicará neste ano. Na proposta original, não se previa o uso do dinheiro dos programas de fiscalização do DNER nas rodovias federais. Com as mudanças, a previsão de arrecadação federal subiu de R\$ 229,2 bilhões para R\$ 236,7 bilhões, enquanto as despesas aumentaram de R\$ 200,7 bilhões para R\$ 207,4 bilhões.

Os estados foram os grandes beneficiados com o aumento de receitas aplicado pelo Congresso ao Orçamento, pois receberão em transferências constitucionais R\$ 2 bilhões além do previsto pelo governo. Os parlamentares usaram em emendas R\$ 4,1 bilhões das receitas adicionais, enquanto outra parte será empregada para ampliar a previsão de superávit primário das contas federais (excluídos gastos com juros da dívida pública).

Os parlamentares mantiveram o superávit primário federal em 2,6% do PIB, como determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, have-

rá uma sobra entre receitas e despesas de R\$ 29,3 bilhões, dinheiro que será usado parcialmente pelo governo em amortizações de sua dívida. O projeto prevê que o Executivo gastará R\$ 55 bilhões no pagamento de amortizações de dívidas, usando basicamente recursos do Tesouro (R\$ 21,6 bilhões) e da venda de empresas estatais (R\$ 20,3 bilhões), conforme o relatório-geral apresentado pelo deputado Carlos Melles.

O Congresso não mexeu na parte que trata de dívida pública e gastos com juros. Assim, o estoque da dívida pública federal estará em 31 de dezembro em R\$ 553,7 bilhões, sendo R\$ 440,2 bilhões no mercado interno e R\$ 113,5 bilhões no exterior. A dívida interna em títulos estará em dezembro próximo em R\$ 411,8 bilhões, mas nem tudo estará no mercado — uma parte deverá estar nas mãos do Banco Central.

O gasto bruto do governo federal com o pagamento de juros ficará neste ano em R\$ 78,1 bilhões, conforme a previsão orçamentária. Descontados os juros que a União receberá de empréstimos concedidos, o gasto líquido cairá para R\$ 25,8 bilhões.



O senador Gilberto Mestrinho preside a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização



Em sessão iniciada ontem à noite e encerrada na madrugada de hoje, o Congresso aumentou em 83,4% os recursos para investimentos

ONDE ESTÃO AS MUDANÇAS FEITAS PELO CONGRESSO

ÓRGÃOS	Em R\$ milhões		
	PROPOSTA DO GOVERNO	APROVADO PELO CONGRESSO	%
Transportes	5.610	7.669	36,7%
Integração Nacional	3.662	4.816	31,5%
Agricultura	4.240	4.533	6,9%
Saúde	19.638	20.367	3,7%
Meio Ambiente	637	728	14,2%
Educação	12.389	12.638	2,0%
Fazenda	11.460	11.536	0,6%
Ministério da Defesa	19.427	19.440	0,06%
Ciência e Tecnologia	1.683	1.706	1,3%
Desenvol., Ind. e Comércio	975	1.000	2,5%
Trabalho e Emprego	9.480	9.832	3,7%
Cultura	234	286	22,2%
Planejamento	1.467	1.463	-0,2%
Justiça	2.469	2.556	3,5%
Minas e Energia	743	737	-0,8%
Relações Exteriores	687	699	1,7%
Comunicações	854	854	—
Política Fundiária	1.773	1.751	-1,2%
Ministério da Previdência	70.182	70.300	0,16%
Esportes e Turismo	234	487	108,1%
Justiça Federal	2.510	2.184	-12,9%
Justiça do Trabalho	3.604	3.550	-1,4%
Supremo Tribunal Federal	135	133	-1,4%
Superior Tribunal de Justiça	282	280	-0,7%
Justiça Militar	100	98	-2,0%
Justiça Eleitoral	1.245	1.273	2,2%
Justiça do DF e Territórios	361	361	—
Presidência da República	674	1.501	122,7%
Câmara dos Deputados	1.128	1.148	1,7%
Senado Federal	870	886	1,8%
Tribunal de Contas da União	370	372	0,5%
Ministério Público da União	542	544	0,3%

ORÇAMENTO 2000

Acordo entre governo e as oposições permite votação

Entendimento possibilitou marcar para o dia 26 a deliberação sobre o novo valor do salário mínimo e elevou dotação para a área social

Depois de quase quatro horas de obstrução à votação do projeto orçamentário, as oposições conseguiram do governo novas verbas para a área social e a garantia de que a medida provisória que eleva o salário mínimo para R\$ 151 será votada pelo Congresso a partir das 14h do próximo dia 26. Parlamentares dos partidos de oposição e do PFL pretendem apresentar emendas para elevar o mínimo para pelo menos R\$ 177. Feito o acordo, o Orçamento foi aprovado pelos deputados e senadores.

Pelo acordo, o governo concordou em destinar prioritariamente R\$ 2,1 bilhões ao Ministério da Saúde, provenientes de excesso de arrecadação. O dinheiro se destinará

basicamente ao SUS e permitirá que seja equalizado em R\$ 58,44 o gasto *per capita* em todos os estados. Antes, alguns estados recebiam até R\$ 62 por pessoa, enquanto outros mal conseguiam R\$ 30.

A Comissão Mista de Orçamento não havia encontrado fonte para bancar os gastos com a equalização dos gastos e propôs que eles fossem cobertos com excesso de arrecadação, mas o governo discordava. O acordo resolveu o problema.

Ainda entre os compromissos do governo, as universidades receberão novos investimentos de R\$ 30 milhões, acima do previsto no Orçamento, enquanto o programa de reforma agrária ficará com mais R\$ 20 milhões.

A discussão do Orçamento da União pelo Congresso começou pouco depois das 20h de ontem e foi demorada porque os partidos de oposição obstruíram os trabalhos, empregando expedientes regimentais, por entenderem que os congressistas deveriam primeiro votar a medida provisória que elevou o salário mínimo.

Por várias horas, parlamentares oposicionistas criticaram o aumento do mínimo de R\$ 136 para R\$ 151, enquanto os governistas lamentaram que nenhum parlamentar propôs, durante a tramitação do Orçamento no Congresso, corte em algum programa ou projeto para bancar uma elevação maior do salário mínimo.

Área de transportes foi a mais beneficiada por emendas apresentadas pelos parlamentares

A maior parte das 8 mil emendas feitas pelos deputados e senadores ao projeto de Orçamento deste ano beneficia o Ministério dos Transportes, em especial o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). As dotações do ministério subiram 36,7%. Só os investimentos na construção e recuperação de rodovias passaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 3,6 bilhões — um aumento de 80%.

O segundo ministério que mais recebeu dinheiro com as emen-

das dos parlamentares foi o da Integração Nacional, cujas ações beneficiarão principalmente o Nordeste, com projetos de irrigação. As suas verbas subiram 31,5%, seguidas dos recursos destinados à agricultura (6,9%), à saúde (3,7%), ao meio ambiente (1,4%) e à educação (2%).

O projeto que sai do Congresso também contém redução de verbas. Os parlamentares fizeram cortes em centenas de projetos e chegaram a reduzir em 12,9% as do-

tações da Justiça Federal. A Justiça do Trabalho também perdeu dinheiro (corte de 1,4%), junto com o Ministério da Previdência e Assistência Social (- 0,7%).

As 8 mil emendas não usaram apenas dinheiro do aumento de arrecadação projetado pela Comissão de Orçamento. Também tiraram recursos de outros projetos beneficiados pela proposta original do governo e, assim, os parlamentares movimentaram com suas emendas R\$ 5,7 bilhões.



Os investimentos previstos para construir e recuperar rodovias passaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 3,6 bilhões



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 1999 (nº 407/96, na Casa de origem). Deputado Luciano Castro e outros. Altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios). Parecer nº 295/2000-CCJ, Relator: Senador Edison Lobão, oferecendo a redação para o segundo turno.

Resultado: Aprovada a proposta. Votaram: Sim: 62, Não: 06, Abst.: 03, Total: 71. Rejeitado o § 5º do art. 77 do ADCT, constante do art. 2º da proposta, destacado. Votaram: Sim: 05, Não: 53, Abst.: 07, Total: 65. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1999-Complementar (nº 248/98 na Casa de origem). Presidente da República. Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências. Pareceres sob nºs 56 e 266/2000-CCJ, Relator: Senador Romero Jucá. 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável à Emenda nº 31-Plen, com votos vencidos dos senadores Iris Rezende, Edison Lobão, Luzia Toledo, Sérgio Machado, Djalma Bessa e Bello Parga, e contrário às Emendas nºs 2 a 33-Plen, assinando sem voto o senador Bello Parga.

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 59, Não: 09, Abst.: 02, Total: 70. Aprovadas as Emendas nºs 1-CCJ e 29-Plen, de parecer favorável. Votaram: Sim: 62, Não: 02, Abst.: 02, Total: 66. Aprovada a Emenda nº 31-Plen, destacada. Votaram: Sim: 44, Não: 21, Abst.: 04, Total: 69. Rejeitadas, em globo, as Emendas de nºs 2 a 16, 18, 19, 23 a 28, 30, 32 e 33, de pareceres contrários. Votaram: Sim: 38, Não: 24, Abst.: 04, Total: 66. Rejeitada a Emenda nº 17-Plen, destacada. Votaram: Sim: 35, Não: 29, Abst.: 01, Total: 65. Rejeitada a Emenda nº 20-Plen, destacada. Votaram: Sim: 34, Não: 25, Abst.: 03, Total: 62. Rejeitada a Emenda nº 21, destacada. Votaram: Sim: 29, Não: 31, Abst.: 03, Total: 63. Aprovada a Emenda nº 22-Plen, destacada. Votaram: Sim: 54, Não: 09, Abst.: 02, Total: 65. À Câmara dos Deputados.

3

Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999-Complementar. Senador José Eduardo Dutra. Estabelece normas de acesso ao Sifa (Sistema de Administração Financeira) e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências. Pareceres sob nºs: 395/99-CCJ, Relator: Senador Iris Rezende, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece; e 978/99-CAE (em audiência, nos termos do Requerimento nº 548, de 1999), Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), com Subemendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

Resultado: Lido e aprovado requerimento do senador José Eduardo Dutra solicitando reexame da matéria pela CAE. A matéria volta à CAE.

4

Projeto de Lei do Senado nº 687, de 1999. Senador Paulo Souto. Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, para tipificar novas condutas, e dá outras providências. Pareceres da CCJ, Relator: Senador Jefferson Péres, sob nºs: 5/2000 (1º pronunciamento, sobre o projeto): favorável, com abstenção do senador Ramez Tebet; e 289/2000 (2º pronunciamento, sobre a Emenda nº 1-Plen): contrário; apresentando, ainda, a Emenda nº 2-CCJ (substitutivo), que oferece, reformulando seu parecer anterior. (Recurso nº 1, de 2000).

Resultado: Lido e aprovado requerimento do senador Ronaldo Cunha Lima e outros senhores, solicitando o adiamento da discussão da matéria por 28 dias. A matéria retornará à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 25 de maio próximo.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1999 (nº 749/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ABC FM Estéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo André, estado de São Paulo. Parecer nº 703/99-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com abstenções do senador Pedro Simon e da senadora Marina Silva.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 1999 (nº 722/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultura e Educacional Bom Jesus para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia. Parecer nº 707/99-CE, Relator: Senador Djalma Bessa, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 1999 (nº 727/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão da FM 100 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, estado de Goiás. Parecer nº 709/99-CE, Relator: Senador Iris Rezende, favorável, com abstenções do senador Pedro Simon e da senadora Marina Silva.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Requerimento nº 115, de 2000. Senador Lúcio Alcântara. Solicita tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 419 e 678, de 1999-Complementares, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 419 e 678, de 1999-Complementares, passam a tramitar em conjunto e vão à CCJ e à CAE.

9

Requerimento nº 130, de 2000. Senadora Heloísa Helena. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2000-Complementar, de sua autoria.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 44, de 2000-Complementar, vai ao arquivo.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

CCJ define novas normas para reprodução assistida

Substitutivo do senador Roberto Requião só faculta a casais que mantenham uma união estável a utilização da técnica científica, para evitar que sejam gerados “filhos sem pai ou sem mãe”

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estabelece normas para os métodos de reprodução assistida. O substitutivo determina que apenas os casais que mantiverem uniões estáveis poderão se beneficiar dessa técnica. A intenção seria evitar que a reprodução assistida gere filhos sem pai ou mãe. A proposta segue agora para a Comissão de

Assuntos Sociais.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou emenda com o objetivo de suprimir este dispositivo. Ele argumentou que a restrição da possibilidade de reprodução assistida apenas às mulheres em união estável fere o princípio constitucional da igualdade, porque “faz distinção entre as mulheres que se encontram na mesma situação”. A emenda de Freire foi rejeitada.

O texto aprovado na CCJ define a reprodução assistida como a im-

plantação artificial de gametas ou embriões humanos no aparelho reprodutor de mulheres receptoras com a finalidade de facilitar a procriação.

A prática conhecida como “barriga de aluguel”, na qual uma mulher “cede” o útero para a gestação de um embrião de outra mulher, é proibida pelo substitutivo de Requião. A punição prevista é de um a três anos de reclusão e multa. O texto limita em quatro o número de embriões a serem transferidos em cada ciclo reprodutivo

feminino, proibindo o seu congelamento para utilização posterior.

O substitutivo impõe um período de 50 anos, após a realização da técnica de reprodução assistida, durante o qual deverá ser observado sigilo com relação aos dados das pessoas envolvidas. Além disso, determina que a escolha dos doadores, no caso de doação de gametas, deverá garantir, tanto quanto possível, semelhança fenotípica e compatibilidade imunológica entre doador e receptor.

Redução de embrião será permitida

A CCJ aprovou emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que elimina a punição para a redução embrionária praticada por médico, no caso de gestação múltipla com risco de vida para a mulher. O relator Roberto Requião (PMDB-PR) se posicionou contra a emenda.

O relator argumentou que, como o embrião torna-se feto a partir do terceiro mês de gestação, a prática constituiria aborto. Portanto, sustenta Requião, a redução embrionária deveria ser punida pelo Código Penal. Baseando-se em sugestão do chamado “Grupo de Curitiba”, Requião defendeu, inclusive, a supressão, no texto, da definição de embriões.

Dutra e Roberto Freire (PPS-PE) defenderam a tese de que a má formação fetal deve ser entendida como aquela que inviabiliza a vida. Com este argumento, o senador petista conseguiu que fosse eliminada a punição de reclusão de um a quatro anos, expressa no substitutivo de Requião.

Aprovado projeto sobre serviços voluntários

O projeto de lei da Câmara que estabelece normas para a prestação voluntária de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias foi aprovado ontem pela CCJ. Pelo projeto, relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), os serviços voluntários terão duração de um ano, prorrogáveis por igual período, com participação vedada a menores de 18 anos e maiores de 23 anos:

— A proposição pretende suprir o atendimento das necessidades burocráticas e administrativas das polícias militares, com o uso de um efetivo não permanente, e a conseqüente liberação dos policiais e bombeiros para a execução de suas atividades-fim — explica Tuma.

Comissão inaugura retrato de Bernardo Cabral na galeria de ex-presidentes

Em cerimônia que contou com a presença de representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inaugurou o retrato do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) na galeria de ex-presidentes da comissão:

— Na presidência da CCJ, Cabral demonstrou capacidade, como já havia demonstrado nas lides jurídicas e na Câmara dos Deputados, como relator da Constituinte. Brilhou pela seriedade e pela decência pela qual se pautou — declarou o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães.

Cabral, que desempenhou o cargo de março de 1997 a março de 1999, agradeceu a homenagem patrocinada pelo presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN):

— É uma homenagem aos que precisam ser amigos leais, ter caráter, aos que aceitam que ser político não é estar voltado a ambições pessoais — afirmou Cabral, que inaugurou a foto ao lado de sua esposa, Zuleide.

O presidente da CCJ disse que Cabral é um exemplo de vida a serviço da democracia e que faz jus a homenagens grandiosas.

O presidente da Câmara, Michel Temer, destacou a longa amizade que tem com Cabral, reconhecendo sua competência e dinamismo. Pedro Simon (PMDB-RS) resumiu a biografia do homenageado, cassado pela ditadura militar, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ministro da Justiça:

— Com serenidade, Cabral representou a média do pensamento da Assembleia Nacional Constituinte. Devíamos ter dezenas e dezenas de



Bernardo Cabral, diante dos convidados, agradeceu a homenagem prestada pelo atual presidente da CCJ, senador José Agripino

“bernardos cabral” — afirmou. Os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário Velloso, e do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Saraiva Costa Leite, também destacaram a atuação de Cabral na Constituinte.

Antecessor de Cabral na presidência da CCJ, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse que, em sua luta pelo restabelecimento da democracia, Cabral teve papel decisivo na reinstitucionalização do Estado de Direito no Brasil, um “verdadeiro trabalho de gigante”.

Os presidentes do Superior Tribunal Militar, Sérgio Ferolla, do Tribunal Superior do Trabalho, Wagner Pimenta, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Plauto Afonso da Silva Ribeiro, o ministro do Tribunal de Contas da União, Marcos Vilaça, o procurador-geral Geraldo Brindeiro, o embaixador de Portugal, Francisco Knopfli, além de dezenas de parlamentares, prestigiaram a cerimônia.



Ao lado da esposa, dona Zuleide, e diante dos convidados, Bernardo Cabral inaugura seu retrato na galeria de ex-presidentes da CCJ



Botafogo (ao microfone) participa da reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul que debateu as relações do Brasil com Argentina

Botafogo elogia decisão da Argentina de suspender salvaguarda contra têxteis

O embaixador extraordinário do Brasil para assuntos do Mercosul, José Botafogo Gonçalves, afirmou que a decisão argentina de suspender as salvaguardas contra produtos têxteis brasileiros, anunciada terça-feira em Buenos Aires, demonstra que o novo governo do país vizinho “está convencido de que isso reforça o Mercosul”. Botafogo fez a afirmação ao participar, ontem, de uma reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul com várias comissões permanentes da Câmara dos Deputados, para debater as relações bilaterais Brasil-Argentina.

Botafogo lembrou que a decisão de criar barreiras aos produtos têxteis brasileiros, tomada pelo governo de Carlos Menem, e agora rejeitada pelo de Fernando de la Rúa, já havia sido condenada pelo Tribunal Arbitral do Mercosul.

O embaixador debateu as relações Brasil-Argentina com presidentes e representantes das comissões de Agricultura e Política Rural, de Economia, Indústria e Comércio, e de Relações Exteriores e

Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Botafogo comentou a iniciativa dos sindicatos de produtores de arroz dos estados do Sul do país, de entrarem com processo *anti-dumping* no tribunal do Mercosul contra o arroz importado da Argentina e do Uruguai, dizendo que “é um instrumento legal”. Observou, no entanto, que a medida preocupa os demais países integrantes do mercado, porque esse instrumento poderia ser usado para “esconder protecionismo escuso”.

— Essa discussão nós estamos tendo no âmbito do Mercosul, para aperfeiçoar os mecanismos de investigação *antidumping* de modo que eles não sejam manipulados de maneira inadequada. Mas, se alguma entidade brasileira sentir-se prejudicada, tem todo o direito de ir ao Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Exterior, e pedir a abertura do processo, sem se preocupar com conseqüências políticas — explicou o embaixador brasileiro.

Bahia expõe mapas antigos do Brasil na Senado Galeria

Será inaugurada hoje, às 11 horas, com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e do secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia, Luiz Carreira, a exposição “500 Anos sob a Ótica da Cartografia”. A mostra, organizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), traça um perfil da história do Brasil através de mapas antigos e recentes, reproduzidos em 44 painéis.

Inicialmente idealizada para ser apresentada em pontos estra-

tégicos da cidade de Salvador durante todo o ano 2000, a exposição estará em Brasília integrando a mostra de estados brasileiros que, até abril do próximo ano, apresentarão sua história e cultura na Galeria Senado.

A exposição fica na Senado Galeria até o dia 28 de abril e estará aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, e aos sábados e domingos das 10 às 14 horas. A Senado Galeria está localizada no corredor de acesso ao Anexo I, do Senado Federal.

Produtor apóia projeto que abre mangues à criação de camarões

Comissão debate proposta de Maria do Carmo que prevê a utilização de até 10% dos manguezais para a reprodução de animais marinhos

O Brasil pode chegar a ser o maior produtor mundial de camarão, posto hoje ocupado pela Tailândia. A afirmação foi feita pelo presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Itamar da Paiva Rocha, em audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ele defendeu a flexibilização no esforço de preservação das áreas cobertas por mangues para a criação de plantas e animais marinhos. Esta é a intenção do projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) em tramitação na comissão e que prevê a utilização de até 10% dos manguezais para esse fim.

Rocha destacou que o Nordeste é a região com maior potencial para a atividade, podendo produzir um milhão de toneladas de camarão por ano, gerando 1,5 milhão de empregos e US\$ 7 bilhões em divisas.

— O Brasil tem 25 vezes mais mangues que a China, um dos maiores produtores do mundo. São 2,5 milhões de hectares de manguezais contra apenas 120 mil hectares do Equador, país que tem a costa do tamanho do Ceará

— enumerou Rocha.

O representante dos criadores informou que a associação financia pesquisas e estudos de ponta para as 405 fazendas de camarões existentes no país.

CAUTELA

Outro participante da audiência, o conselheiro da Sociedade Nordestina de Ecologia, Marcelo Mesel, lembrou a importância ecológica dos manguezais que funcionam como barreiras naturais para a proteção da costa e amenizam o clima. Ele pediu precaução na mudança da legislação que trata do assunto.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) externou sua preocupação com os riscos que a criação de camarões traz para a fauna e flora, citando exemplo de degradação ambiental visto por ele no Rio Grande do Norte, em Barra do Cunhaú.

A senadora Marina Silva (PT-AC) destacou que não basta levar em conta a rentabilidade econômica de qualquer atividade. Para ela, é necessário pensar na sustentabilidade da produção, levando em conta os aspectos ambientais, econômicos e sociais.



Presidida por Osmar Dias (ao lado de Heloisa Helena), a CAS ouve criadores e ecologistas antes de tomar uma decisão sobre o projeto de Maria do Carmo

Osmar Dias critica governo por rejeitar projetos de parlamentares

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, senador Osmar Dias (PSDB-PR), criticou a falta de interesse do governo federal em dar encaminhamento ou até aprovar projetos apresentados por parlamentares. Para ele, na maioria das vezes, o governo mostra-se insensível a proposições formuladas dentro do Congresso Nacional, mesmo que tenham respaldo na sociedade ou tragam benefícios diretos para o país e segmentos da população.

Como exemplo, Osmar Dias lembrou que em 1995 apresentou um projeto que criava estímulos ao primeiro emprego para os jovens. As empresas, de acordo com a iniciativa, que recrutassem pessoas na faixa etária entre 18 e 25 anos teriam garantidas reduções nos seus encar-

gos sociais. O projeto, apesar de ser elogiado pelo próprio Executivo, segundo informou, está engavetado até hoje na Câmara dos Deputados.

O presidente da CAS fez esse desabafo ao colocar em votação dois projetos que tratam praticamente do mesmo assunto, de autoria dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Paulo Hartung (PPS-ES). As proposições, conforme observou, concedem redução de 50% nas alíquotas de contribuição para o Sistema “S” (Sesi, Sesc, Senai e Senac) e de 75% da alíquota do FGTS para as empresas que contratarem jovens, além de conceder redução nos encargos sociais para as que derem emprego aos maiores de 40 anos de idade. O projeto não foi votado em virtude de pedido

de vista coletiva.

Na mesma reunião, foi adiada a votação do projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que estende para cinco dias o direito de falta ao trabalho em caso de falecimento do cônjuge. A senadora Heloisa Helena (PT-AL) pediu vistas após o relator da matéria, senador Moreira Mendes (PFL-RO), se manifestar pela rejeição.

Heloisa Helena também pediu vistas do projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos ou gasosos. O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) foi contra a aprovação da matéria por entender que já existem dispositivos legais que garantem esse tipo de segurança.

Comissão de Infra-Estrutura pode votar hoje fundo de telecomunicações

Parecer do relator, Roberto Saturnino, é favorável à aprovação do projeto, que objetiva assegurar recursos para financiar parte da instalação de serviços telefônicos em regiões isoladas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) pode votar hoje, a partir das 9h30, o projeto que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), destinado a financiar parte da instalação de serviços telefônicos em regiões isoladas do país, no meio rural, nas periferias pobres das grandes cidades e nas escolas e bibliotecas.

O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), apresentou parecer favorável ao projeto, que, se for aprovado, seguirá para apreciação do Plenário. A CI também examinará o relato da visita realizada ao Rio de Janeiro e Vitória pela subcomissão encarregada de levantar informações sobre os recentes acidentes ambientais ocorridos na baía de Guanabara e no porto de Vitória.

A criação do Fust está prevista na Lei Geral de Telecomunicações. O fundo foi proposto pelo governo para completar os gastos das empresas de telecomunicações privatizadas na oferta de telefones em áreas onde o investimento não possa ser recuperado "com a exploração eficiente do serviço". O fundo só financiará parte da implantação dos serviços, não havendo previsão de cobrança de tarifas menores.

O Fust será formado com a cobrança de 1% de toda receita bruta das empresas de telecomunicações, dotações do Orçamento federal e

valores cobrados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em sua atividade de fiscalização e na concessão de serviços às empresas privadas. Os recursos serão administrados pela Anatel, de acordo com os planos do Ministério das Comunicações, e a nova lei determina que as companhias de telefones indiquem nas contas o valor a ser destinado ao Fust. As atuais contas já informam o valor que está sendo recolhido de ICMS.

O governo tem pressa em ver o Fust aprovado, uma vez que, de acordo com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, o fundo está deixando de receber neste ano cerca de R\$ 760 milhões devido ao atraso na tramitação da proposta. Dentre os objetivos do Fust, está a redução das desigualdades regionais no país. Para isso, o projeto de lei determina que 30% dos recursos do fundo sejam aplicados na Amazônia e no Nordeste. Outros 18% devem obrigatoriamente beneficiar estabelecimentos públicos de ensino.

Em seu parecer à CI, o senador Roberto Saturnino rejeitou todas as emendas, em razão da urgência na cobrança da nova taxa. Caso o Senado faça alguma mudança no projeto, ele terá que voltar ao exame da Câmara dos Deputados.

Conforme a proposta, o dinheiro do Fust será empregado para completar os gastos das empresas de telecomunicações privatizadas com a instalação de telefones em localidades com menos de 100 habitantes, em áreas de fronteira e remotas, em escolas, bibliotecas e instituições de saúde, além de programas para instalação de redes da Internet em locais de acesso público, nas escolas e nas bibliotecas. A implantação de telefonia rural também terá apoio financeiro do fundo.

A Comissão de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), também apreciará o projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA), que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). O projeto tem como relator o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que é favorável à sua aprovação com as emendas aceitas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

ORIGEM DOS RECURSOS

O Fust será formado por:

- 1% de toda receita bruta das empresas de telecomunicações
- Dotações do Orçamento federal
- Valores cobrados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em sua atividade de fiscalização e na concessão de serviços às empresas privadas

• Os recursos serão administrados pela Anatel, de acordo com os planos do Ministério das Comunicações

• As companhias telefônicas indicarão nas contas o valor destinado ao Fust



Geraldo Melo presidiu reunião da Mesa com os líderes partidários para tratar dos dossiês

Conselho de Ética inicia análise dos dossiês de ACM e Jader

O Conselho de Ética do Senado reúne-se hoje, às 9h, para dar início à análise dos dossiês entregues à Mesa pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) no último dia 5, quando ambos trocaram acusações em Plenário. Na reunião também deverá ser designado o parlamentar que assumirá a tarefa de apresentar parecer sobre o assunto.

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, comunicou na terça-feira à tarde ao Plenário que, por decisão conjunta da Mesa e dos líderes partidários, as notas taquigráficas da discussão travada pelos senadores, assim como os documentos apresentados por eles haviam sido encaminhados ao Conselho de Ética e à Procuradoria-Geral da República.

A pauta de hoje do Conselho de Ética também inclui a retomada da análise da representação contra a Fundação Teotônio Vilela e a designação do relator da matéria.

Parlamentares avaliam execução do Plano Plurianual

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examina hoje, a partir das 10h, relatório de acompanhamento do Plano Plurianual relativo ao exercício de 1998. Também deverá analisar a execução do PPA de 1996 até 1998, com base em informações encaminhadas pela Presidência da República.

Presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a comissão vota ainda relatório que detalha a aplicação de recursos orçamentários na obra de recuperação dos molhes do Porto do Rio Grande (RS).

Comissão mista examina MP que destina recursos a vítimas de enchentes

Instala-se hoje, às 9h30, comissão mista encarregada de examinar medida provisória que destinou crédito extraordinário no valor de R\$ 182,2 milhões do Orçamento da União para o Ministério da Integração Nacional. Os recursos destinaram-se, de acordo com mensagem do presidente da República, a financiar medidas de urgência em benefício de vítimas de enchentes.

A presidência da comissão deve ficar com um senador do PFL e a relatoria com um deputado do PSDB.

Plenário aprecia renovação das concessões de três emissoras

Na sessão deliberativa de hoje, a partir das 10h, o Plenário do Senado apreciará a renovação das concessões de três emissoras: Rádio Sociedade Sobradinho (RS), Rádio Iracema, de Cunha Porã (SC), e Rádio Cultura de Bariri (SP). Os atos de renovação receberam pareceres favoráveis dos senadores José Fogaça (PMDB-RS), Geraldo Althoff (PFL-SC) e Gilvam Borges (PMDB-AP), respectivamente.

A VOZ do CIDADÃO
VOCÊ LICADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211

www.senado.gov.br
e-mail: cidadao@senado.gov.br

Amorim apóia artigo de Jatene sobre verbas para a saúde

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) solicitou à Mesa transcrição integral do artigo "O 'S' do BNDE e as frustrações da Saúde", no qual o médico Adib Jatene, a quem chama de "saudosos ex-ministro", defende a vinculação de verbas para o setor. Ao justificar o pedido, Amorim lembrou "a oportunidade do tema e a seriedade insuspeita do seu autor".

No artigo lido por Ernandes Amorim, Adib Jatene diz ter esperança de que as frustrações

da área da saúde, devido à perda de verbas, cheguem ao fim, com a aprovação pela Câmara Federal da vinculação de recursos para o setor nos três níveis do governo, visando à montagem de um esquema financeiro suficiente para a consolidação definitiva do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa consolidação, disse Jatene, dependem 75% da população brasileira, ainda "à margem de um desenvolvimento que não a beneficia".

Estevão quer garantir visita de parentes a filhos de pais separados

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei que busca garantir, a critério de um juiz, a visita de parentes aos filhos de pais separados. Ele argumenta, na justificativa da proposta, que em muitos casos o cônjuge que detém a guarda dos filhos após a separação do casal tem impedido a visita de familiares, principalmente dos avós.

O projeto de Luiz Estevão estabelece que, em caso de impedimento da visita por quem detenha a guarda dos filhos, os parentes poderão recorrer a um juiz, que fixará os seus termos.

A solução proposta, esclarece o senador, é a determinação dos termos da visita dos familiares pelo juiz, tendo em vista a peculiaridade de cada caso, seguindo a orientação já adotada no Código Civil.

Luiz Estevão acredita que, uma vez garantida a convivência com avós e tios, os filhos do casal se-



Luiz Estevão propõe que juiz determine os termos da visita dos familiares

parado poderão manter uma relação familiar que lhes garanta um melhor conhecimento dos conceitos de família. A relação familiar equilibrada, observa o senador pelo Distrito Federal, "lhes permitirá formar traços de caráter que irão contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa".

Jucá elogia pesquisa e destaca potencial da hortifruticultura

Levantamento realizado pelo Ministério da Integração Nacional oferece informações importantes para a área de produção, afirma senador

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a iniciativa do Ministério da Integração Nacional de realizar uma pesquisa junto a consumidores e supermercados sobre a comercialização de hortifrutigranjeiros. Ao destacar a importância do setor para a economia brasileira, o senador informou que a pesquisa aponta a necessidade de os produtores oferecerem maior diversidade e qualidade, além de produtos pré-embalados e pré-processados.

— Ao possibilitar que o produtor entenda melhor o comportamento dos supermercados e de sua clientela, o Ministério da Integração Nacional, a cuja frente está o ministro Fernando Bezerra, oferece ao setor de produção de frutas e hortaliças preciosos subsídios. Com esses dados, os produtores podem mudar sua postura frente aos desejos do mercado, passar a atender o exato perfil de demanda e estabelecer parcerias duradouras e lucrativas com as redes de comercialização — disse Jucá.

A iniciativa do governo, acrescentou o senador, procura aproximar a plantação da gôndola do supermercado e aponta para um caminho de modernização, no



Jucá acredita que agricultura de hortifrutigranjeiros poderá se transformar "quase numa indústria"

qual a agricultura de hortifrutigranjeiros poderá se transformar "quase numa indústria", com produção sob encomenda, orientada para o objetivo de "seduzir e encantar o consumidor final".

A pesquisa, publicada na revista *Frutifatos*, editada pelo ministério, foi realizada no estado de São Paulo, maior consumidor de hortifrutis do país. Segundo o senador, a pesquisa foi feita em 18 cidades paulistas junto a consumidores e supermercados, sendo estes últimos o principal canal de comercialização do produto. Jucá informou que os supermercados são responsáveis por 85% do abastecimento nacional de gêneros alimentícios e de produtos de higiene e limpeza, tendo faturado,

em 1998, R\$ 55,5 bilhões, o equivalente a 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

A pesquisa examinou ainda o perfil e métodos de trabalho dos supermercados em sua articulação comercial com os produtores e apurou junto aos consumidores hábitos de compra, caracterização sócio-econômica e conhecimento das variedades e apresentação de produtos oferecidos.

— Todos os dados foram estudados e interpretados sob a ótica do produtor de hortaliças e de frutas, com a finalidade de orientá-lo. A conquista de mercados externos, se quisermos chegar a ela, deve passar antes pelo domínio do mercado interno — afirmou Jucá.

Projeto de Pontes prevê inclusão do número do CPF no registro de empresas

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que autoriza o Departamento Nacional de Registro do Comércio a estabelecer modelos e cláusulas padronizadas destinadas a simplificar a constituição de sociedades mercantis, para tornar obrigatória a inclusão do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na qualificação completa de todos os sócios das empresas, excetuadas as sociedades anônimas. O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo Pontes, para a constituição das sociedades



Luiz Pontes espera que sua proposta contribua para o combate às fraudes

comerciais, é obrigatória a qualificação completa de todos os sócios. "Contudo, como a expressão 'qualificação completa' não está definida, para a dúvida de quais informações devam

constar dela", explicou o senador. A proposta, de acordo com Pontes, vai contribuir para o combate às fraudes e para a fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias.

Notícias do Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado no instante em que elas estão acontecendo

www.senado.gov.br

João Alberto culpa indecisão do governo pela violência

O senador João Alberto (PMDB-MA) afirmou que as causas da violência e da corrupção no país estão ligadas à impunidade e à incapacidade do governo federal em combater a criminalidade. Ele pede maior velocidade na reestruturação das forças responsáveis pelo aparelho de segurança e na atualização do sistema judiciário:

— Não é mais possível assistir ao deprimente quadro de uma estrutura criminosa potencializada por meio de armas e tecnologias modernas, enquanto as forças do Estado atuam dispendendo apenas de instrumentos e métodos ultrapassados — disse, lembrando que a sociedade brasileira não aceita mais que cri-



João Alberto teme que se crie uma geração de brasileiros vítimas da violência

mes menores sejam punidos com rigor e os grandes criminosos sigam impunes.

Para o senador, aumentar os investimentos na área de segurança pública não significa necessariamente uma diminuição dos índices da criminalidade. “É preciso preparar recursos huma-

nos e estruturas capazes de atacar e estancar a multiplicidade dos sintomas e a pluralidade das causas da violência”, sustenta.

Segundo João Alberto, somente uma política moderna e consistente de combate à violência poderá impedir que toda “uma geração de brasileiros sejam prejudicados, no futuro, pela indecisão do governo no presente”.

Pontes defende conselho para fiscalizar o Fundef

As comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deverão apreciar em uma de suas próximas reuniões projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que cria o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O conselho, conforme informou, tem por objetivo averiguar se os recursos destinados ao Fundef estão mesmo sendo aplicados em educação nos estados e municípios.

Para o senador, o Fundef tem sido alvo de constantes denúncias envolvendo desvio de verbas públicas destinadas à educação. Por esse motivo, ele entende que o projeto pode ser uma saída para que o programa do governo federal seja cumprido à risca, em benefício de milhões de alunos. Segundo informou Luiz Pontes, vários prefeitos estão impedindo o acesso da comunidade à educação, através do Fundef.

O projeto, a ser examinado em caráter terminativo pela CAE, estabelece uma série de medidas de controle dos recursos do Fundef, entre as quais a obrigatoriedade de o responsável pela administração do respectivo fundo encaminhar, trimestralmente, ao Conselho de Acompanhamento, toda a aplica-



Projeto de Pontes será analisado pelas comissões de Educação e de Assuntos Econômicos

ção de recursos para efeito de fiscalização.

A iniciativa de Luiz Pontes, caso venha a ser aprovada, também permitirá que os recursos do Fundef atendam aos alunos que se encontram fora da faixa etária de sete a 14 anos. Conforme observou, existe uma massa de adolescentes que ainda não cursou o ensino fundamental e que deve ser beneficiada pelo programa federal.

Além dessas determinações, o projeto estabelece a obrigatoriedade do repasse de 60% de todo valor depositado na conta única do Fundef para outra conta específica, onde será movimentado o pagamento dos profissionais do magistério e o custeio de cursos para habilitação de professores leigos, a serem ministrados por universidades públicas ou privadas.

Fraude pode gerar comoção social no Peru, diz Saturnino

Para o senador do PSB, supostas irregularidades nas eleições presidenciais ameaçam a estabilidade política do país vizinho

As denúncias de fraude nas eleições do Peru preocupam o PSB, segundo afirmou ontem o senador Roberto Saturnino (RJ), ao falar pela liderança de seu partido. Na avaliação do PSB, caso se confirme no primeiro turno a vitória de Alberto Fujimori sobre seu adversário, Alejandro Toledo, o Peru poderá enfrentar comoção social.

Saturnino registrou a solidariedade do PSB ao povo peruano e reiterou que a situação política e econômica na vizinhança do Brasil é aflitiva.

Lembrando que o Peru não é o



único país da América Latina a passar por uma situação delicada, Saturnino afirmou que os diferentes focos de inquietação política

Saturnino: Peru não é o único país do continente a viver uma situação delicada

são sinais de exaustão da política neoliberal adotada pela maioria dos países latino-americanos. Além do Peru, o senador referiu-se à Colômbia, onde o governo não tem conseguido debelar os movimentos guerrilheiros, e à Venezuela, onde “um governo sob vários pontos de vista interessante” tenta contrapor-se ao neoliberalismo.

Estevão quer dar inscrição gratuita no vestibular para aluno da rede pública

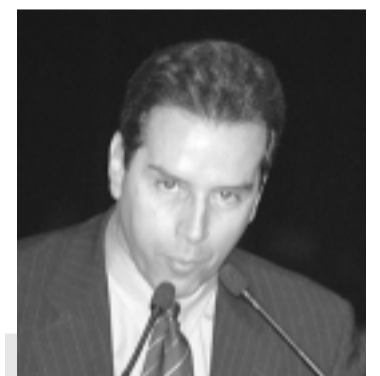
A inscrição no vestibular de instituições de educação mantidas pelo poder público pode ser gratuita para candidatos egressos da rede pública de ensino. Isso acontecerá se projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) for aprovado nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE), onde será examinado em caráter terminativo.

O senador Luiz Estevão lembrou da dificuldade dos chefes de família de pouca renda em garantir a educação dos filhos, observando que o número de vagas oferecido pelos cursos superiores é inferior à demanda:

— Dados do segundo vestibular de 1999 da Universidade de Brasí-

lia (UnB) revelam que, do total de 23.703 candidatos inscritos, 89,4% efetivamente prestaram o concurso, 80,31% foram classificados e somente 1.938 candidatos foram selecionados na primeira chamada. Tal situação leva o candidato a disputar vagas em diversas instituições públicas de ensino superior e isso vem agravar ainda mais a situação financeira dos pais de alunos da rede pública — disse.

Na opinião do senador, a isenção do pagamento da taxa de inscrição é de grande significado para o candidato e de pequena importância para a universidade. O projeto de Luiz Estevão prevê a validade da isenção por três anos após a conclusão do curso



Luiz Estevão: proposta é válida para vestibulares em instituições públicas de ensino superior

de ensino médio em estabelecimento público. Para usufruir do benefício, bastará ao aluno apresentar uma declaração de origem escolar.

Freitas Neto registra morte de ex-deputado piauiense

O senador Freitas Neto (PFL-PI) registrou, em discurso, o falecimento do médico psiquiatra Clidenor de Freitas Santos, ocorrido no dia 2 de abril, em Teresina (PI). Santos formou-se em medicina e fez especialização na Universidade Federal do



Freitas Neto recordou a carreira de Clidenor de Freitas Santos como psiquiatra e político

Rio de Janeiro, além de ter atuado na política do estado. Em 1940,

foi diretor do Hospital Aerolino de Abreu, instituição pública destinada ao tratamento de doenças mentais. Fundou, em 1954, sua própria clínica, o Hospital Psiquiátrico Meduna.

Santos começou na vida pública em 1958, conquistando uma cadeira de deputado federal pelo PTB, identificando-se com a

Frente Parlamentar Nacionalista, pois acreditava no desenvolvimento da saúde pública a partir da universalização do atendimento médico de qualidade. Ele se opunha às concessões ao capital estrangeiro e defendia a ampliação do papel do Estado na economia, acrescentou.

Em 1962, o psiquiatra foi convidado pelo então presidente João Goulart a dirigir o Ipase, mas com as cassações ocorridas à época foi destituído, perdeu seus direitos políticos e acabou forçado a se exilar no Uruguai. Ao voltar para o Brasil, dedicou-se prioritariamente à medicina e à sua biblioteca, contou Freitas Neto. Posteriormente, acrescentou, o médico tornou-se membro da Academia de Letras do Piauí.

Quintanilha fala à TV sobre transgênicos

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) avalia positivamente as pesquisas que envolvem a produção de alimentos transgênicos. Em entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 3h30, 7h30 e 14h, ele aponta uma série de benefícios nos produtos geneticamente modificados, como maior resistência a



pragas e intempéries, o aumento de produtividade e a adaptação a diversos tipos de solos.

Segundo Quintanilha, os produtos transgênicos devem ser tratados caso a caso. "Deve ser analisado se a produção não agride o meio ambiente e se o alimento provoca mal à saúde", opinou.

Programa mostra luta para preservar Brasília

A luta para preservar Brasília, tombada pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, é o tema do programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar à 1h e às 6h30 de hoje.

Os convidados do programa são o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Carlos Henrique Heck, e o senador Lauro Campos (PT-DF).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 — *Senado em Pauta*
1h — *Cidadania*: Senador Lauro Campos e Carlos Heck, presidente do Iphan, falam de Brasília, Patrimônio da Humanidade
1h55 — *Senado em Pauta*
2h — *Unip*: Papiloma vírus 4
2h25 — *Senado em Pauta*
2h30 — *Jornal do Senado*
2h55 — *Senado em Pauta*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis
3h30 — *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Papiloma vírus 4
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *TV Escola* — Crônicas da Terra: yanomâni
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas
5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Unip*: Papiloma vírus 4
6h30 — *Cidadania*: Senador Lauro Campos e Carlos Heck, presidente do Iphan, falam de Brasília, Patrimônio da Humanidade
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra: yanomâni
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Folclore goiano

9h30 — *Entrevista*: Senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a demarcação das terras indígenas em Roraima
10h — Sessão Plenária (vivo)
14h — *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos
14h30 — Sessão Plenária (representação)
18h30 — *Entrevista Especial*: Senador Luiz Estevão
19h30 — *Cidadania*: Senador Lauro Campos e Carlos Heck, presidente do Iphan, falam de Brasília, Patrimônio da Humanidade
20h30 — *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (representação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Emilia diz que privatização foi "um verdadeiro escândalo"

Governo está devolvendo, por meio de redução de impostos, ágios obtidos nos leilões, afirma senadora, ao defender debate público sobre o tema

Os ágios obtidos nos leilões de privatização, alardeados pelo governo federal como ganhos, não passaram de "propaganda enganosa", concluiu a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), após tomar conhecimento de que o Tesouro Nacional está iniciando a devolução dos ágios às empresas sob a forma de abatimento de impostos em prazos que variam de cinco a 30 anos. A notícia foi apurada pela jornalista Elvira Lobato e publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

A senadora anunciou que apresentará, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), requerimento de convocação de várias autoridades envolvidas para explicar o assunto. Ela disse considerar, a princípio, a devolução "um verdadeiro escândalo", por mostrar que as estatais de energia elétrica e de telefonia não foram vendidas pelo melhor preço, mas "doadas pelo preço mínimo, por valores muito abaixo dos preços reais".

A devolução dos ágios, conforme destacou Emilia, está sendo autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pela Comissão de Valores Mobiliários



Segundo Emilia Fernandes, teles e empresas elétricas receberão de volta cerca de R\$ 7,5 bilhões

(CVM) e pelo Tesouro Nacional, com aval do governo. Seis empresas de energia elétrica e as teles privatizadas receberão de volta, segundo ela, cerca de R\$ 7,5 bilhões. Essas empresas fizeram reestruturações societárias, transformaram-se em sociedades anônimas e, com isso, adquiriram o direito de descontar os ágios, contabilizados como perdas passíveis de desconto do lucro tributável e de abatimento do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

— Um exemplo desse escândalo é o caso da Telemar, que comprou a concessão para 16 estados com apenas 1% de ágio, equivalente a R\$ 30 milhões, e vai receber de

volta um total de R\$ 840 milhões, em cinco anos — afirmou a senadora, sustentando que as autorizações concedidas até agora representam uma redução de impostos da ordem de R\$ 2,2 bilhões. Emilia aponta falta de lógica no processo, no qual ela vê tanto a doação de patrimônio público como a redução da arrecadação de impostos.

— A negociata é de tal monta que a própria Aneel manifestou sua contrariedade com o fato de a maioria das devoluções estar sendo autorizada no prazo de cinco anos. A agência alegou que elas deveriam ser feitas em 30 anos, em equivalência com o prazo máximo das concessões — reclamou.

Suplicy vê aproximação entre Cuba e EUA

A batalha jurídica pela guarda do menino cubano Elián, entre seu pai que mora em Cuba e parentes que moram em Miami, pode resultar numa reaproximação dos Estados Unidos com Cuba, disse ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O menino sobreviveu a um naufrágio, no litoral da Flórida, quando um grupo de cubanos, incluindo sua mãe, tentava chegar aos Estados Unidos.

Para Suplicy, os sinais mais evidentes da mudança de rumo nas relações entre os dois países podem ser percebidos tanto nas declarações da secretária de Estado, Madeleine Albright, favoráveis aos direitos do pai, Juan González, quanto no fato de o próprio advogado do presidente Bill Clinton, Gregory Cray, estar ajudando González a obter a guarda do menino. Ele lembrou que o presidente cubano Fidel Castro também comandou, pessoalmente, grandes manifestações públicas em



O caso Elián, conforme Eduardo Suplicy, pode marcar uma nova fase nas relações entre os dois países

Cuba pelo retorno de Elián.

— Quem sabe, no futuro, Elián possa se transformar num catalisador da compreensão entre os dois lados? Quem sabe os cubanos exilados em Miami possam entender melhor o sentido da revolução cubana, que deu oportunidade a todos de acesso à educação, à saúde e a outras conquistas sociais? Quem sabe Cuba possa compreender a importância que os cubano-americanos dão à democracia e à liberdade? Quem sabe o caso possa demonstrar, à comunidade inter-

nacional, ser possível conciliar os benefícios do socialismo com a liberdade da democracia? — especulou Suplicy.

A propósito das liberdades democráticas, o senador citou o desafio que o jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de S. Paulo*, lançou ao novo ministro da Justiça, José Gregori: concluir a apuração sobre o dossiê das Ilhas Cayman (papéis sem autenticidade comprovada sobre depósitos de autoridades brasileiras em paraísos fiscais).



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Patrocínio rebate críticas à hidrovía Araguaia-Tocantins

Ao comentar os “novos ataques com argumentos velhos” feitos ao projeto, senador estranha que alguns não queiram o desenvolvimento

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) rebateu ontem o que chamou de “novos ataques com argumentos velhos” ao projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins. Ele explicou que o projeto pretende aumentar a navegabilidade da bacia e permitir o transporte anual de 1,5 milhão de toneladas de produtos como grãos, calcário e insumos agrícolas, baixando em 30% o custo da tonelada no transporte de fertilizantes e de defensivos agrícolas.

Conforme Patrocínio, os adversários da hidrovía argumentam que a maior parte da região Centro-Oeste não é apropriada à agricultura, mas à pecuária extensiva, e que a cultura de grãos exigirá fertilizante e agrotóxicos, o que deixará a terra esgotada e abandonada em poucos anos de uso. Citando especialistas, o senador informou que o cerrado brasileiro tem tudo para se transformar no celeiro do mundo, desde que sejam adotadas tecnologias adequadas para a produção de alimentos de origem vegetal e animal.

— Entretanto, alguns mal inten-



Patrocínio informa que hidrovía permitirá transporte anual de 1,5 milhão de toneladas

cionados, ou ingênuos, defendem, com unhas e dentes, não os benefícios e o progresso da região, mas os ganhos, as vantagens e a cobiça de produtores estrangeiros. São contra a ampliação de nossas áreas de plantio de grãos, a exploração de nossas reservas de minérios, a recuperação e o melhoramento do nosso solo e o desenvolvimento da nossa pecuária — afirmou o senador.

O senador Mozarildo Cavalcanti

(PFL-RR) disse, em aparte, que entidades que escondem seus reais objetivos sob o manto de defensores da natureza na verdade estão tentando impedir o desenvolvimento do país. “É um colonialismo moderno que tenta colocar um freio no nosso desenvolvimento”, afirmou. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) observou que “ninguém quer matar a galinha dos ovos de ouro acabando com os recursos naturais”. Para ele, é impossível que, em pleno ano 2000, mantenha-se o “pensamento retrógrado” de não querer transportar carga pesada a um custo menor.

Patrocínio ainda citou exemplos de hidrovias implantadas nos Estados Unidos e na Europa, ressaltando que o transporte hidroviário é o mais limpo, seguro e barato que existe. “Não sou especialista em transportes, mas me recuso a acreditar que o mundo inteiro esteja equivocado e que apenas quatro antropólogos brasileiros e um punhado de terroristas verdes sejam os donos da verdade”, concluiu.

Para Mozarildo, presidente da Funai também deve sair

Ao comentar ontem a demissão do ministro da Justiça, José Carlos Dias, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que também demita o presidente da Funai, Carlos Marés. Ele justificou o pedido argumentando que o



Mozarildo diz que José Carlos Dias demonstrou falta de isenção para ser ministro

O senador acrescentou que, diante das reclamações dos índios a respeito da conduta do presidente da Funai, José Carlos Dias disse que Carlos Marés era um homem da sua estrita confiança e, portanto, ele sequer discutia a questão.

— Como se um ocupante de cargo

presidente da fundação vem conduzindo a questão indígena sem isenção e obedecendo ao comando de organizações não-governamentais.

Mozarildo disse que José Carlos Dias “demonstrou não ter isenção para se conduzir como ministro”. Ele lembrou que, depois de 20 dias solicitando audiência ao ministro para, junto com lideranças indígenas de Roraima, apresentar reivindicações a respeito de demarcação de áreas indígenas no estado, foi recebido “com muito mau humor e muita má vontade”.

público, por ser de confiança do seu chefe, estivesse imune a qualquer tipo de crítica — observou o senador.

Hoje, informou Mozarildo, haverá uma manifestação em Roraima, com a participação de cerca de mil índios e representantes de outros segmentos da sociedade, em repúdio à atuação da Funai. Ele disse ter sido informado de que o presidente Fernando Henrique Cardoso está tentando atender às reivindicações que os índios do estado fizeram ao ministro demitido José Carlos Dias.

Amorim pede revisão de dívida do Banco de Rondônia

A audiência do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, à Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima semana, para explicar, entre outros assuntos, o crescimento da dívida do Banco de Rondônia (Beron), está sendo aguardada com grande expectativa no estado. A afirmação é do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que pediu ontem a revisão da dívida, estimada, segundo ele, em R\$ 350 milhões.

Amorim explicou que o Beron tinha uma dívida de R\$ 45 milhões quando o BC assumiu sua gestão, em 1995, sendo criado depois um artifício, através de medida provisória, para debitar todo o prejuízo ao estado, em vez da aquisição do capital pela União a preço simbólico.

Para Amorim, é grave o fato de que a administração do BC, além de não ter normalizado a situação do Beron, aumentou seu patrimônio negativo. Com isso, argumenta, Rondônia vive uma crise gigantesca, sendo obrigado a demitir milha-



Ernandes Amorim quer saber como o Beron aumentou sua dívida sob a administração do Banco Central

res de servidores para pagar compromissos do contrato financiado.

O senador disse também que, durante a CPI dos Precatórios, foi revelado esquema de lavagem de dinheiro de uma agência do Beron em São Paulo. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que integrou a comissão em 1996, se mostrou surpreso com a informação de que a lavagem de dinheiro teria ocorrido no período em que a instituição esteve sob a responsabilidade do Banco Central.

Solução dos problemas do país está na agropecuária, afirma Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ontem que a solução dos problemas brasileiros está no fomento à agropecuária. Para ele, esse é o único setor que pode gerar empregos, aumentar as exportações e baratear o custo dos alimentos em tempo relativamente curto.

Ao sustentar sua opinião, Maguito lembrou que, na metalurgia, há geração de 111 empregos para cada R\$ 1 milhão investidos, enquanto na agricultura o mesmo investimento proporciona a criação de 202 postos de trabalho.

— O maior entrave para o crescimento do setor produtivo, em especial da agropecuária, é a escassez de crédito. O Brasil tem 28% do PIB disponível para crédito e essa percentagem inclui cheque especial, empréstimos para casa própria, financiamento para veículos e dinheiro para o setor produtivo. Países como a Inglaterra, a Alemanha e até a Tailândia dispõem de mais



Maguito: “Se houve espaço para criar o Proer, é preciso haver pelo menos diálogo com os agricultores”

de 100% do PIB — argumentou.

Maguito sustentou que, além de escasso, o crédito é caro. “Empresas que precisam de capital de giro pagam, no mínimo, 48% ao ano, descontada a inflação, enquanto quem quer recursos para investir precisa pagar pelo menos 20%.” Na Alemanha, exemplificou o senador, os percentuais caem a menos da metade. “O crédito tem um efeito posi-

tivo que se multiplica na economia”, afirmou.

O senador considera fundamental sensibilizar o governo federal para a necessidade de aumentar a oferta de crédito, com juros mais baratos. “Se houve espaço para a criação de um Proer (programa de recuperação do sistema bancário) bilionário para socorrer bancos falidos, é preciso haver pelo menos diálogo com os agricultores, que estão literalmente quebrados”, disse Maguito.

Em apartes, os senadores Ernandes Amorim (PPB-RO), Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) reafirmaram a vocação essencialmente agrícola do país. Segundo Amorim, bancos oficiais preferem colocar o dinheiro disponível na ciranda financeira, em vez de financiar o setor produtivo. “É o que acontece com o Banco da Amazônia no meu estado, Rondônia”, enfatizou.